

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.315.545 - SC (2010/0102881-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE** : RODRIGO VOTER  
**ADVOGADO** : GABRIEL HENRIQUE DA SILVA E OUTRO(S) - SC022400  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de instrumento interposto, sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973, por RODRIGO VOTER contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que inadmitiu recurso especial interposto com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

Consta dos autos que o agravante e outros réus foram, em primeiro grau de jurisdição, pronunciados pela suposta prática do delito previsto nos art. 121, § 2º, incisos II, III e IV, do Código Penal (e-STJ fl. 382).

Irresignado, o ora agravante interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal de origem negou provimento (e-STJ fls. 508/510):

PROCESSO PENAL. PRISÃO EM FLAGRANTE E PREVENTIVA. PRETENDIDA REVOGAÇÃO. DESAPARECIMENTO DOS REQUISITOS QUE AS ENSEJARAM. IMPOSSIBILIDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ART. 312 DO CPP. CRIME HEDIONDO. EXISTÊNCIA DE ANTERIOR DECISÃO FUNDAMENTADA, MANTIDA QUANDO DA PRONÚNCIA. RÉUS QUE RESPONDERAM SEGREGADOS A TODO O PROCESSO. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA.

"Omissis. 'A prisão provisória constitui efeito jurídico-processual que decorre, ordinariamente, da sentença de pronúncia. A concessão de liberdade provisória ao réu pronunciado traduz mera faculdade legal reconhecida ao Juiz (CPP, art. 408, § 2º). Pronunciado o réu, que já se encontrava preso preventivamente, não se nulifica a sua custódia provisória, desde que subsistam os motivos que justificaram a decretação daquela prisão cautelar. São irrelevantes, para esse efeito, a primariedade e os bons antecedentes do acusado, que nenhum direito tem, nesse contexto, à obtenção da liberdade provisória' (JSTF 166/278) (...)" (Mirabete, Júlio Fabbrini, Código de processo penal interpretado, 8. ed., São Paulo, Atlas, 2001, p. 928).

INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. PREENCHIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS ARROLADOS NO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO

PENAL. PREFACIAL REPELIDA.

"Não se pode imputar inepta a denúncia que contém a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol das testemunhas, preenchendo assim todos os requisitos do art. 41 do CPP (STF - HC - j. 26.11.96 - 2a T. - Rel. Min. Maurício Corrêa - DJU 21.02.97)" (Franco, Alberto Silva; Marias, Carlos Vico; Choukr, Fauzi Hassan; Betanho, Luiz Carlos; Moraes, Maurício Zanoide de; Feltrin, Sebastião Oscar; Bicudo, Tatiana Viggiani, e Ninno, Wilson, Código de processo penal e sua interpretação jurisprudencial, volume 1, 2ª tir., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2001, p. 1030).

DEFESA PRÉVIA JUNTADA INTEMPESTIVAMENTE. ABERTURA DE PRAZO À PARTE PARA QUE A OFERTASSE. PEÇA DE APRESENTAÇÃO FACULTATIVA, CUJA AUSÊNCIA NÃO IMPORTA EM NULIDADE. INDEFERIMENTO DE INQUIRÇÃO DAS TESTEMUNHAS NELA ARROLADAS. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. EIVA INEXISTENTE.

"Não configura cerceamento de defesa a negativa de recebimento de defesa prévia e o conseqüente indeferimento de oitiva de testemunhas nela arroladas, se as alegações preliminares forem apresentadas extemporaneamente, haja vista tratar-se de peça não obrigatória e cuja ausência não inquina de nulidade o processo" (APR n. 2007.039761-2, de Criciúma, rel. Des. Salete Silva Sommariva).

SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NULIDADE. ALEGADO EXCESSO DE LINGUAGEM. EIVA NÃO CONFIGURADA. DECISÃO QUE NÃO ASSENTA JUÍZO CONDENATÓRIO, LIMITANDO-SE A ADMITIR A ACUSAÇÃO.

O pronunciamento jurisdicional contido na pronúncia consubstancia mero juízo de admissibilidade da acusação, e tem lugar quando o juiz se convence da existência do crime e de indícios de que o réu seja o seu autor, não juízo de certeza. Por isso, eventual ênfase utilizada pelo magistrado para declinar as razões de seu convencimento não prejudicará a sua defesa em plenário, razão pela qual não importa nulidade.

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. ALMEJADA IMPRONÚNCIA. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE.

Para a pronúncia é preciso que o juiz se convença da existência do crime e da probabilidade de que o acusado o tenha cometido, resolvendo-se a dúvida, no concernente à autoria, nesta etapa processual, sempre em favor da sociedade, pois incumbe ao Tribunal do Júri dirimi-la.

ALMEJADA DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE OU HOMICÍDIO CULPOSO, AO

ARGUMENTO DE QUE AUSENTE O *ANIMUS NECANDI*.  
CIRCUNSTÂNCIA QUE DEVE SER AFERIDA PELO  
TRIBUNAL POPULAR.

Havendo dúvida acerca do *animus necandi*, incumbe ao Tribunal do Júri dirimi-la, procedendo ao exame e à valoração da prova, a teor do estatuído no art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "d", da Constituição Federal, circunstância que inviabiliza, nesta fase, quer a desclassificação para lesões corporais seguida de morte, quer para homicídio culposo.

HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. PERSEGUIDO  
RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE, EX VI DO ART. 7º  
DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO  
PENAL.

"O juiz da pronúncia, ao classificar o crime, consumado ou tentado, não poderá reconhecer a existência de causa especial de diminuição de pena" (art. 7º da Lei de Introdução ao Código de Processo Penal).

QUALIFICADORAS. MOTIVO FÚTIL, MEIO CRUEL E  
EMPREGO DE RECURSO QUE DIFICULTOU OU  
IMPOSSIBILITOU A DEFESA DO OFENDIDO. PRETENDIDA  
EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. DÚVIDAS QUANTO À  
RESPECTIVA EXISTÊNCIA. COMPETÊNCIA DO CONSELHO  
DE SENTENÇA PARA APRECIÁ-LA. RECURSOS  
DESPROVIDOS.

Na fase da pronúncia, porque vigora o princípio *in dubio pro societate*, as circunstâncias qualificadoras só podem ser afastadas quando manifestamente improcedentes, devendo ser submetidas à apreciação do Tribunal do Júri se possui - rem algum respaldo na prova dos autos, pois à referida instituição compete o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, o exame e a valoração da prova.

Foram opostos embargos de declaração pelo ora agravante, os quais foram rejeitados em acórdão com a seguinte ementa (e-STJ fl. 537):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE  
AMBIGUIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO.  
PRETENDIDO PREQUESTIONAMENTO E REEXAME DAS  
QUESTÕES DECIDIDAS. REJEIÇÃO.

Daí o recurso especial, no qual o recorrente alegou que o Tribunal de origem, no acórdão proferido, havia contrariado o disposto nos arts. 121, *caput*, §§1º e 2º, II, III e IV, e 3º, do Código Penal e 156, 386, VI e VII, e 619 do Código de Processo Penal, bem como a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Sustentou, em síntese, quanto à alínea *a* do permissivo constitucional: "Ofensa aos arts. 408 e 413, par. do CPP. Excesso de linguagem. Quebra da imparcialidade" (e-STJ fl. 546); "Mácula aos arts. 121, par. 2º, II, III e IV, e 129, par. 3º, do CP e arts. 156 e 386, VII, e 415 do CPP" (e-STJ fl. 560), requerendo a absolvição sumária ou a retirada das qualificadoras; "Violação ao art. 619 do CPP" (e-STJ fl. 566), ao argumento de falta de discussão pela Corte *a quo* dos pontos levantados em aclaratórios.

Em relação à alínea *c*, apontou divergência jurisprudencial quanto ao disposto no "art. 413, par. 1º, do CPP" (e-STJ fl. 569).

Contrarrazões às e-STJ fls. 596/605.

Inadmitido o recurso na origem, os autos subiram a este Tribunal Superior por força de agravo.

O Ministério Público local, ora agravado, manifestou-se pela não admissão do recurso (e-STJ fls. 626/629).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

De início, com relação à pretensão de anulação da sentença de pronúncia por excesso de linguagem, verifica-se que a tese já foi apreciada por esta colenda Sexta Turma no *Habeas Corpus* n. 140.211, julgado em 1º/6/2010, de relatoria do Ministro Og Fernandes, o qual foi denegado, revelando, portanto, que o pleito ora aventado se presta à repetição de postulação outrora decidida. As alegações quanto a esse ponto não merecem conhecimento.

No mais, no rito do júri, a pronúncia encerra o juízo de admissibilidade da inicial acusatória, dispondo o art. 413 do Código de Processo Penal que o juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

Nos termos do precedente jurisprudencial desta Corte, a pronúncia é o "reconhecimento de justa causa para a fase do júri, com a presença de prova da

materialidade de crime doloso contra a vida e indícios de autoria" (AgInt no AREsp n. 784.102/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/5/2016, DJe de 6/6/2016).

Não se desconhece que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece que, nessa fase do procedimento escalonado do júri, vigora o brocardo *in dubio pro societate*. Todavia, "a incidência do postulado não afasta a necessidade de indícios mínimos de autoria para que haja a pronúncia" (AgInt no REsp n. 1.595.643/RS, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/6/2016, DJe de 30/6/2016).

O Tribunal de origem, ao examinar o recurso em sentido estrito da defesa, assim consignou (e-STJ fls. 517/520):

No mérito, os recorrentes, na verdade, perseguem a impronúncia, em face da ausência de indícios da autoria. A absolvição sumária, alteração introduzida pela Lei n. 11.689/08, que se constitui em sentença terminativa, ingressa na discussão do mérito e inocenta o acusado, não sendo esse o caso dos autos.

Sendo assim, não procede a insurreição, porquanto a pronúncia constitui-se em mero juízo de admissibilidade da acusação, exigindo unicamente provas da existência do crime e indícios da respectiva autoria, presentes na espécie.

[...]

A materialidade encontra-se comprovada por meio da cópia da certidão de óbito da vítima (fi. 61) e do laudo pericial cadavérico, acompanhado de fotografia (fls. 89/91).

**Os indícios da autoria, por seu turno, emergem das declarações prestadas por Claudemir Klaumann (fls. 03 e 187), Valmor Warmling (fls. 09 e 190/191) e Marcos José Amancio (fls. 10 e 188/189), policiais militares, que atenderam a ocorrência, corroborada pelos depoimentos de Maria Cláudia Machado (fls. 04 e 192/193), José de Souza (fls. 06/07 e 194/196), Aldir de Souza (fls. 08 e 197/198), Tuane Kniss (fi. 56), Micheie Cistina de Souza (fls. 70 e 201/202) e Mário César Correa (fls. 199/200).**

Segundo os indícios existentes, na madrugada de 17 de fevereiro de 2008, na proximidades do "Bailão do Souza", Daniel Lisboa envolveu-se em briga com os recorrentes e outros indivíduos, sendo por todos violentamente agredida até a morte, com socos, chutes, pauladas e pedradas, sugerindo as provas que a motivação foi um cigarro.

A versão, como dito alhures, encontra amparo na prova oral colhida, em especial nas declarações de José de Souza (fls. 06/07 e 194/196), Mário César Correa (fls. 57/58 e 199/200) e Aldir Souza (fls. 197/198), existindo, portanto, indícios suficientes que apontam os recorrentes como autores do homicídio, fazendo-se mister, em face disso, que se os submetam a julgamento pelo Tribunal do Júri, juiz natural dos crimes dolosos contra a vida, a teor do estatuído no art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "d", da Constituição Federal, que procederá, na oportunidade própria, ao exame e à valoração da prova.

A negativa de autoria, bem assim a desclassificação para homicídio culposo, para lesão corporal seguida de morte e o reconhecimento do privilégio, devem ser dirimidas pelo Conselho de Sentença.

[...]

Não procede, agora, o pedido de desclassificação do homicídio para lesões corporais seguida de morte ou homicídio culposo, visto que não se pode, nesta fase do procedimento, excluir o *animus necandi*. Os objetos empregados no cometimento do crime - pedras e paus -, além de socos e chutes, bem assim a localização das agressões, inclusive na cabeça da vítima, que lhe ocasionou edema cerebral com hemorragia subaracnoidea associado à ruptura de basilar [choque neurogênico] (fls. 89/90), recomendam que o Tribunal do Júri dirima eventual dúvida.

[...]

Da mesma forma, a pretensão do reconhecimento do homicídio privilegiado deve ser submetida à apreciação dos Jurados, tendo a Câmara assim se pronunciado no particular [...]. (Grifei.)

No contexto, havendo elementos indiciários que subsidiem, com razoabilidade, as versões conflitantes acerca dos fatos imputados, a divergência deve ser solvida pelo Conselho de Sentença, evitando-se a indevida invasão da sua competência constitucional.

Ademais, o acolhimento da pretensão recursal para o fim de acolher o pleito de absolvição sumária suscitado demandaria amplo revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial nos termos da Súmula n. 7/STJ.

A propósito:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO.

A ANÁLISE DO ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO COMPETE AO TRIBUNAL DO JÚRI. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A decisão interlocutória de pronúncia é um mero juízo de admissibilidade da acusação, não sendo exigido, nesse momento processual, prova incontroversa da autoria do delito - bastam a existência de indícios suficientes de que o réu seja seu autor e a certeza quanto à materialidade do crime.

2. Embora o art. 419 do Código de Processo Penal autorize que o juiz se convença da existência de crime diverso e possa desclassificar a conduta para outro delito, tal decisão somente poderá ser adotada ante a certeza de que a conduta praticada configura outro delito. Caso contrário, havendo dúvidas quanto à tese defensiva, caberá ao Tribunal do Júri dirimi-la.

**3. No caso concreto, a narrativa dos fatos, tal qual reconhecida pelo Tribunal de origem, impede a análise do elemento subjetivo do tipo por juiz togado. O exame da desclassificação da conduta deverá ser realizado pela Corte Popular, juiz natural da causa, pois demandará minuciosa análise da conduta do réu, para concluir pela existência ou não do *animus necandi*.**

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1.128.806/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 26/6/2015, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. TESES DE LEGÍTIMA DEFESA E AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI. COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE DO TRIBUNAL DO JÚRI. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A decisão de pronúncia não revela juízo de mérito mas apenas de admissibilidade da acusação, direcionando o julgamento da causa para o Tribunal do Júri, órgão competente para julgar os crimes dolosos contra a vida. Para tanto, basta a demonstração da materialidade do fato e a existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, conforme disciplina o art. 413 do Código de Processo Penal.

2. Uma vez consignada pelas instâncias ordinárias a impossibilidade de verificação das teses de legítima defesa e de ausência de *animus necandi*, a providência mais acertada é a manutenção do acórdão impugnado, de forma que seja tal questão avaliada pelo Tribunal do Júri, sob pena de usurpação de sua competência.

**3. A análise das teses defensivas não prescinde de acurado revolvimento do acervo fático-probatório, vedado em sede de**

**recurso especial, nos moldes da Súmula 7/STJ.**

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 1.126.998/GO, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017, grifei.)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. REEXAME DAS PROVAS. SÚMULA 7 DESTA CORTE SUPERIOR. QUALIFICADORA JUSTIFICADA. EXCLUSÃO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

**1. A pretendida despronúncia por inexistência de prova apta a justificá-la demanda o inevitável revolvimento das provas carreadas aos autos, o que encontra vedação no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.**

2. "As qualificadoras propostas na denúncia somente podem ser afastadas quando, de forma inequívoca, mostrarem-se absolutamente improcedentes. Caso contrário, havendo indícios da sua existência e incerteza sobre as circunstâncias fáticas, deve prevalecer o princípio *in dubio pro societatis*, cabendo ao Tribunal do Júri manifestar-se sobre a ocorrência ou não de tais circunstâncias" (HC 228.924/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 09/06/2015).

Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 954.425/RS, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 21/11/2016, grifei.)

Acerca da exclusão das qualificadoras, assim consignou a Corte de origem

(e-STJ fls. 520/521):

Inviabiliza-se, outrossim, a exclusão das qualificadoras, que só tem cabimento na fase da pronúncia quando se mostre incontroversa a sua inexistência, particularidade, igualmente, não evidenciada, porquanto, como se viu a desavença teria ocorrido, segundo uma das versões, por causa de um cigarro, o que justifica a manutenção do **motivo fútil**, cuja apreciação cabe, privativamente, ao Tribunal Popular.

Quanto ao ao meio cruel, concluiu o Dr. Procurador de Justiça:

Por sua vez, no que concerne à qualificadora do **meio cruel**, cumpre demonstrar que o Laudo Pericial atestou a "presença de inúmeras escoriações e equimoses irregulares na face, predominantemente na fonte e ossos maxilares [...]" (fl. 89). Ademais, como salientou o douto Magistrado, as testemunhas oculares (fls. 192/200) relataram que "a vítima sofreu inúmeros golpes em locais diversos no corpo, sobretudo na cabeça, concluindo-se que a morte ocorreu de modo extremamente brutal, desumano e doloroso" (fl. 337) (fl. 452).

A esse respeito, julgou esta Corte:



PEDIDO DE AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA DO MEIO CRUEL - REITERAÇÃO DE GOLPES (SOCOS E CHUTES) - CIRCUNSTÂNCIA QUE PODE CONFIGURAR A REFERIDA MAJORANTE - DÚVIDA A SER DIRIMIDA PELO CONSELHO DE SENTENÇA - MANUTENÇÃO DA QUALIFICADORA (RCR n. 2006.016390-8, de Abelardo Luz, rel. Des. Torres Marques).

Por fim, referente a última qualificadora, elucidou o magistrado, *verbis*:

Por fim, aparenta estar caracterizada também a **qualificadora do uso de recurso que dificultou a defesa da vítima** (CP, art. 121, § 2º, IV). E afirmo isso igualmente com base nas assertivas das testemunhas oculares ao relatarem que o acusado André Ricardo Senenn foi o primeiro a agredir Daniel Lisboa, atacando-o de inopino pelas costas e desferindo um soco, sem qualquer possibilidade de resistência. E logo em seguida também se aproximaram os demais denunciados e todos juntos começaram a agredir violentamente a vítima, a qual já estava caída no chão quando foi atingida por vários socos, chutes, pauladas e pedradas (fl. 338).

Diante disso, nos termos exarados na sentença de pronúncia, mister que se submeta os recorrentes a Júri Popular, competente para analisar, profundamente, a prova dos autos. (Grifei.)

Com efeito, o Tribunal de origem concluiu pela manutenção das qualificadoras, destacando que "como se viu a desavença teria ocorrido, segundo uma das versões, por causa de um cigarro, o que justifica a manutenção do motivo fútil, cuja apreciação cabe, privativamente, ao Tribunal Popular" (e-STJ fl. 520). Quanto ao meio cruel, "como salientou o douto Magistrado, as testemunhas oculares (fls. 192/200) relataram que 'a vítima sofreu inúmeros golpes em locais diversos no corpo, sobretudo na cabeça, concluindo-se que a morte ocorreu de modo extremamente brutal, desumano e doloroso'" (e-STJ fls. 520/521). Por fim, no que se refere à qualificadora do uso de recurso que dificultou a defesa da vítima, destacou que após um dos corréus ter iniciado a agressão, "também se aproximaram os demais denunciados e todos juntos começaram a agredir violentamente a vítima, a qual já estava caída no chão quando foi atingida por vários socos, chutes, pauladas e pedradas" (e-STJ fl. 521).

Nesse contexto, verifica-se que a Corte local manteve as qualificadoras com supedâneo nos diversos meios de prova produzidos no processo, de modo que o acolhimento da pretensão recursal também esbarra na impossibilidade de reexame dos elementos fáticos probatórios constantes dos autos, em consonância com o previsto na

Súmula n. 7 desta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 121, § 2º, I, DO CP; 74, § 1º, 413, CAPUT, E 414, CAPUT, TODOS DO CPP. NÃO AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA. MOTIVO TORPE. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CONFIRMAÇÃO PELO TRIBUNAL A QUO. PLEITO DE INCLUSÃO DA QUALIFICADORA. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Ao contrário do que afirma o agravante, a questão veiculada no recurso especial envolve a análise do conteúdo fático-probatório, porquanto, para o Tribunal de origem, justifica-se a exclusão da qualificadora, pois, em conformidade com o quanto disposto na denúncia, a referida torpeza não chegou a ser reconhecida, notadamente pela consideração de que tal motivo, da forma como apresentado nos autos, não estaria caracterizado.

2. É firme o entendimento desta Corte de que a exclusão de qualificadoras da pronúncia, quando manifestamente improcedentes, não constitui usurpação da competência do Tribunal do Júri (AgRg no REsp n. 1.125.714/DF, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 3/11/2015)

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.630.374/RS, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016.)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. ELEMENTOS SUFICIENTES. REVISÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. QUALIFICADORA DO MOTIVO FÚTIL MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. EXCLUSÃO. POSSIBILIDADE. MODIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Concluindo o Tribunal de origem, fundamentadamente, pela existência de elementos suficientes para lastrear a pronúncia, a desconstituição das premissas fáticas por ele assentadas exigiria revolvimento fático-probatório, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

2. A exclusão das qualificadoras da pronúncia, quando manifestamente improcedentes, não constitui usurpação da competência do Tribunal do Júri.

3. O contexto em que perpetrado o delito, delimitado pelo Tribunal de

origem, em meio a discussão no trânsito e provocações recíprocas, não pode ser considerado motivo fútil, conceito em que se incluem as condutas insignificantes, mesquinhas, ou desproporcionais entre o crime e sua causa moral.

4. A revisão do conjunto fático probatório assentado no acórdão para concluir de forma diversa, incluindo-se a qualificadora do motivo fútil, é vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

5. Agravos regimentais improvidos. (AgRg no REsp 1.022.496/DF, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 16/11/2015.)

No que tange à violação do art. 619 do CPP, ao argumento de falta de discussão pela Corte *a quo* dos pontos levantados em embargos de declaração, verifico que o Tribunal de origem decidiu as pretensões de forma fundamentada.

É desnecessária, portanto, qualquer manifestação adicional a respeito dos temas, porque esgotadas as matérias debatidas. Ademais, decidindo a controvérsia de maneira fundamentada, o magistrado **não está obrigado a analisar todas as teses trazidas pela parte.**

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA PROCESSUAL E DA FUNGIBILIDADE. CONTRARIEDADE AO ART. 619 DO CPP. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PLEITO DE REEXAME DE MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO ART. 23, I, DO DECRETO Nº 70.235/72. NULIDADE OCORRIDA NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL. MATÉRIA QUE DEVE SER ARGUIDA PELA DEFESA NA SEARA ADMINISTRATIVA. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AFRONTA AO ART. 1º, I, DA LEI Nº 8.137/90. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. ACLARATÓRIOS RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Em homenagem aos princípios da economia processual, da celeridade processual e da fungibilidade recursal, os embargos de declaração são recebidos como agravo regimental.

**2. De acordo com o entendimento jurisprudencial remansoso neste Superior Tribunal de Justiça, os julgadores não estão obrigados a responder todas as questões e teses deduzidas em**

**juízo, sendo suficiente que exponham os fundamentos que embasam a decisão. Incidência do enunciado 83 da Súmula deste STJ.**

3. "O juízo criminal não é sede própria para se proclamarem nulidades em procedimento administrativo-fiscal que, uma vez verificadas, são capazes de fulminar o lançamento tributário em prejuízo da Fazenda Nacional. Consequentemente, não deve o juízo criminal estender sua jurisdição sobre matéria que não lhe compete (cível, no caso dos autos)". (AgRg no REsp 1169532/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 13/06/2013)

4. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a embasar o decreto condenatório, ou a ensejar a absolvição, porquanto é vedado, na via eleita, o reexame de provas, conforme disciplina o enunciado 7 da Súmula desta Corte.

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento. (EDcl no AREsp 771.666/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 2/2/2016, grifei.)

Por fim, em relação à alínea *c* do permissivo constitucional, o agravante apontou divergência jurisprudencial quanto ao "art. 413, par. 1º, do CPP" (e-STJ fl. 569), que diz respeito ao excesso de linguagem na pronúncia.

Quanto ao ponto, conforme asseverado, a tese de excesso de linguagem na pronúncia já foi devidamente afastada no *Habeas Corpus* n. 140.211, julgado em 1º/6/2010, de relatoria do Ministro Og Fernandes.

Sendo assim, aplica-se, no ponto, o enunciado 83 da Súmula desta Corte, segundo o qual "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Ante o exposto, **conheço** do agravo de instrumento para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator